



COOPTAC

COOPERATIVA DE TRANSPORTE DA REGIÃO SUDOESTE SERRANA

ESTATUTO SOCIAL

COOPERATIVA DE TRANSPORTE DA REGIÃO SUDOESTE SERRANA - COOPTAC

Reforma e Consolidação Estatutária em 22 de dezembro de 2017

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, PRAZO DE DURAÇÃO, ÁREA DE AÇÃO E ANO SOCIAL

Art. 1º - A COOPERATIVA DE TRANSPORTE DA REGIÃO SUDOESTE SERRANA "COOPTAC", constituída no dia 26 de abril de 2003, arquivada na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo sob NIRE número 32400015427 em sessão de 10 de junho de 2003, rege-se pelos valores e princípios do cooperativismo, pelas disposições legais, pelas diretrizes da autogestão e por este Estatuto Social, tendo:

- a) Sede administrativa situada na Rodovia Sebastião Alves de Lima, 502, João Valim, município de Afonso Cláudio, Estado do Espírito Santo, CEP 29600-000, foro jurídico na Comarca de Afonso Cláudio, estado do Espírito Santo;
- b) Área de admissão de cooperados limita-se em todo o território nacional, inclusive constituir filiais;
- c) Prazo de duração indeterminado e ano social compreendido no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

CAPÍTULO II

DO OBJETO SOCIAL E SEUS OBJETIVOS

Art. 2º - Objeto da Cooperativa:

Atividade Principal: 4930-2/02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional.

Atividades Secundárias: 4313-4/00 - Obras de terraplenagem; **4530-7/03** - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores; **4530-7/05** - Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras de ar; **4732-6/00** - Comércio varejista de lubrificantes; **4921-3/01** - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal; **4921-3/02** - Transporte rodoviário

"Cooperativismo: Inclusão Social com Desenvolvimento Sustentável"
reander Paetz

Página 1 de 32



COOPTAC

COOPERATIVA DE TRANSPORTE DA REGIÃO SUDOESTE SERRANA

coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal em região metropolitana;

4922-1/01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, exceto em regiões metropolitanas; **4922-1/02** - Transporte rodoviário

coletivo de passageiros, com itinerário fixo, interestadual; **4923-0/02** - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista; **4924-8/00** -

Transporte Escolar; **4929-9/01** - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal; **4929-9/02** - Transporte rodoviário coletivo de

passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional; **4929-9/03** - Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, municipal;

4929-9/04 - Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, intermunicipal, interestadual e internacional; **4930-2/01** - Transporte rodoviário de

carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal; **4930-2/03** - Transporte rodoviário de produtos perigosos; **5320-2/01** - Serviços de malote não realizado pelo

correio nacional; **5229-0/02** - Serviços de reboque de veículos; **77.11-0-00** - Locação de automóveis sem condutor.

§ 1º - A cooperativa tem como objetivo social proporcionar aos cooperados, oportunidade de trabalho, de forma que possa assegurar aos mesmos, geração de renda e autonomia no desempenho de suas atividades profissionais, prestando os seguintes serviços:

- a) Contratar serviços para seus cooperados em condições e preços convenientes, participando de licitações e concorrências públicas e ou contratos com outras empresas;
- b) Fornecer assistência aos seus cooperados no que for necessário para melhor executarem os trabalhos, destacando, combustíveis, pneus, câmaras de ar, peças automotivas e outros;
- c) Organizar o trabalho de modo para bem aproveitar a capacidade dos cooperados, distribuindo-os conforme suas aptidões e interesses coletivos;
- d) Realizar, em benefício dos cooperados interessados, seguro dos veículos, de vida e de acidente de trabalho, assistência médica e odontológica;
- e) Prestar orientação na área profissional, jurídica, saúde, contábil, administrativa e familiar aos cooperados;
- f) Realizar cursos de capacitação cooperativista e profissional para o seu quadro social;

"Cooperativismo: Inclusão Social com Desenvolvimento Sustentável"

Alexander Paetz

Yubiana

Página 2 de 32



COOPTAC

COOPERATIVA DE TRANSPORTE DA REGIÃO SUDOESTE SERRANA

- g) Estabelecer convênios com instituições nas áreas de interesse dos cooperados para prover produtos e serviços com valores diferenciados aos cooperados;
- h) Instalar oficina para reparo e manutenção de veículos e equipamentos.

§ 2º - A cooperativa poderá participar de empresa não cooperativa para desenvolver atividades complementares de interesse do quadro social.

§ 3º - A cooperativa poderá filiar-se a outras cooperativas (singulares, federação e confederação), quando for de interesse do quadro social.

§ 4º - A **COOPERATIVA DE TRANSPORTE DA REGIÃO SUDOESTE SERRANA - COOPTAC**, é uma sociedade de natureza civil e de responsabilidade limitada, sem fins lucrativos, realizará suas atividades sem discriminação ou vinculação política, racial, religiosa ou social, buscando o desenvolvimento sustentável para o estabelecimento de uma sociedade mais justa e economicamente viável.

CAPÍTULO III DOS COOPERADOS

a) ADMISSÃO, DEVERES, DIREITOS E RESPONSABILIDADES.

Art. 3º - Poderão associar-se à Cooperativa, salvo se houver impossibilidade técnica de prestação de serviços e/ou impedimentos legais, qualquer profissional autônomo que se dedique à atividade do ramo automotivo objeto da entidade, como motorista, nas categorias de "A" a "E" e monitor para o transporte escolar, maiores de 18 anos, por conta própria, e preencher os pré-requisitos definidos no Regimento Interno, sem prejudicar os interesses da Cooperativa, nem com eles colidir.

Parágrafo único - O número de cooperados não terá limite quanto ao máximo, mas admitindo-se novos cooperados somente quando necessário, com aprovação do Conselho de Administração, mas não poderá ser inferior a 20 (vinte) pessoas físicas.

Art. 4º - Poderão ingressar na Cooperativa, excepcionalmente, pessoas jurídicas que satisfaçam as condições estabelecidas neste Estatuto.

"Cooperativismo: Inclusão Social com Desenvolvimento Sustentável"
Neanda Rauts

Página 3 de 32



COOPTAC

COOPERATIVA DE TRANSPORTE DA REGIÃO SUDOESTE SERRANA

Parágrafo único - A representação da pessoa jurídica junto à Cooperativa se fará por meio de pessoa natural especialmente designada, mediante instrumento específico que, nos casos em que houver mais de um representante, identificará os poderes de cada um, tendo apenas um deles poder de voto.

Art. 5º - Para associar-se na Cooperativa, o interessado preencherá a Ficha de Matrícula, com a assinatura dele e de mais duas testemunhas, bem como a declaração de que optou livremente por associar-se, conforme normas constantes do Regimento Interno da Cooperativa.

§ 1º - Caso o interessado seja membro de outra cooperativa, deverá apresentar carta de referências por ela expedida.

§ 2º - O interessado deverá assinar um termo de compromisso onde se compromete a participar de curso básico de cooperativismo que será ministrado pela cooperativa e o Sistema OCB-SESCOOP/ES em até 180 (cento e oitenta) dias após sua admissão.

§ 3º - O Conselho de Administração analisará a proposta de admissão, e se for o caso a deferirá devendo então o interessado subscrever quotas-partes do capital social nos termos deste estatuto social e assinar o livro de matrícula.

§ 4º - A subscrição das quotas-partes do Capital Social e a assinatura no livro de matrícula complementam a sua admissão na cooperativa.

Art. 6º - Para associar-se na Cooperativa, o interessado não poderá exercer cargo público eletivo, inclusive, em período político, ser candidato a cargo público eletivo. Caso já seja associado, desempenhando as funções do objeto social na cooperativa, venha a se candidatar a um cargo público, o Conselho de Administração convidará outro cooperado interessado para substituí-lo pelo período em que estiver envolvido politicamente ou exercendo cargo público eletivo, só retornando as suas funções normais depois de concluído todo o processo político.

Art. 7º - Cumprido o que dispõe o art. 5º, o cooperado adquire todos os direitos e assume todos os deveres decorrentes da lei, deste Estatuto Social, do código de ética, se houver, e das deliberações tomadas pela cooperativa.

"Cooperativismo: Inclusão Social com Desenvolvimento Sustentável"

Wanderley Paetz

Página 4 de 32



COOPTAC

COOPERATIVA DE TRANSPORTE DA REGIÃO SUDOESTE SERRANA

Art. 8º - São direitos do cooperado:

- a) Participar das Assembleias Gerais, discutindo e votando os assuntos que nela forem tratados;
- b) Propor ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal ou às Assembleias Gerais medidas de interesse da cooperativa;
- c) Solicitar a demissão da cooperativa quando lhe convier;
- d) Solicitar informações sobre seus débitos e créditos;
- e) Solicitar informações sobre as atividades da cooperativa e, a partir da data de publicação do edital de convocação da Assembleia Geral Ordinária, consultar os livros e peças do Balanço Geral, que devem estar à disposição do cooperado na sede da Cooperativa;
- f) Votar nos cargos sociais na Cooperativa;
- g) Ser votado para os cargos sociais da cooperativa, somente para os cooperados maiores de 18 anos.

§ 1º - A fim de serem apreciadas pela Assembleia Geral, as propostas dos cooperados, referidas em "b" deste artigo, deverão ser apresentadas ao Conselho de Administração com a antecedência mínima de um mês e constar do respectivo Edital de Convocação.

§ 2º - As propostas subscritas por, no mínimo 1/5 (um quinto) dos cooperados em pleno gozo de seus direitos, serão obrigatoriamente levadas pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral e, não o sendo, poderão ser apresentadas diretamente pelos cooperados proponentes.

Art. 9º - São deveres do cooperado:

- a) Subscrever e integralizar as quotas-partes do Capital Social, nos termos deste Estatuto Social e contribuir com as taxas de serviço e encargos operacionais que forem estabelecidos;
- b) Cumprir com as disposições da lei, do Estatuto Social e, se houver do Código de Ética, bem como respeitar as resoluções tomadas pelo Conselho de Administração e as deliberações das Assembleias Gerais;
- c) Satisfazer pontualmente seus compromissos com a Cooperativa, dentre os quais o de participar ativamente da sua vida societária e empresarial;

"Cooperativismo: Inclusão Social com Desenvolvimento Sustentável"
Neander Parizy *Valéria*

Página 5 de 32



- Art. 12** - A demissão do cooperado dar-se-á a seu pedido, formalmente dirigido ao Conselho de Administração da Cooperativa e não poderá ser negado.

"Cooperativismo: Inclusão Social com Desenvolvimento Sustentável"
Neander Society *Handwritten Signature* Página 6 de 32



COOPTAC

COOPERATIVA DE TRANSPORTE DA REGIÃO SUDOESTE SERRANA

CAPÍTULO IV DAS PENALIDADES

Art. 13 - As penas disciplinares consistem em:

- a) advertência;
- b) suspensão, de 01 (um) a 180 (cento e oitenta) dias;
- c) eliminação;
- d) exclusão.

Art. 14 - O julgamento da infração e a aplicação da penalidade caberá ao Conselho de Administração tendo por base os critérios de gravidade em infrações leves, graves e gravíssimas, estabelecidas pelo Regimento Interno.

§ 1º - As infrações classificadas como leves, serão penalizadas com advertência escrita, mediante decisão fundamentada do Conselho de Administração.

§ 2º - As infrações classificadas como graves, serão penalizadas com advertência escrita e/ou suspensão de 01 (um) a 90 (noventa) dias, a critério do Conselho de Administração, mediante decisão fundamentada do próprio.

§ 3º - As infrações classificadas como gravíssimas, serão penalizadas com advertência escrita e/ou suspensão de 01 (um) a 180 (cento e oitenta) dias, a critério do Conselho de Administração, mediante decisão fundamentada do próprio.

Art. 15 - Sempre que houver a ocorrência de 05 (cinco) autos de infração caracterizados como leve, ou 04 (quatro) autos de infração caracterizados como grave, ou 02 (dois) autos de infração caracterizados como gravíssimo, o Conselho de Administração poderá proceder com o processo de eliminação do cooperado.

Parágrafo único - Para efeito de cálculo das somas das penalidades, considera-se a contagem de cinco anos, iniciando a contagem do prazo a partir da primeira infração.

Art. 16 - Além do critério especificado no artigo anterior, o Conselho de Administração poderá eliminar o cooperado que:

- a) Manter qualquer atividade que conflite com o objeto social da Cooperativa;
- b) Deixar de cumprir as obrigações por ele contratadas na Cooperativa;
- c) Deixar de realizar, com a Cooperativa, as operações que constituem seu objeto social.

"Cooperativismo: Inclusão Social com Desenvolvimento Sustentável"

Neander Paulo Vilela

Página 7 de 32



COOPTAC

COOPERATIVA DE TRANSPORTE DA REGIÃO SUDOESTE SERRANA

§ 1º - No caso do disposto na alínea "c" do parágrafo primeiro deste artigo, o cooperado que deixar, por vontade própria, de realizar junto à cooperativa às operações que constituem seu objeto social por mais de 60 (sessenta) dias consecutivos ou 120 (cento e vinte) dias intercalados no período de 02 (dois) anos, será automaticamente eliminado.

Art. 17 - A exclusão do cooperado será feita:

- a) Por dissolução da Pessoa Jurídica;
- b) Por morte da pessoa física;
- c) Por incapacidade civil não suprida;
- d) Por deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na Cooperativa.

Parágrafo único - O ato de exclusão do cooperado, nos termos do inciso "d" do artigo anterior, será efetivado por decisão do Conselho de Administração, mediante termo firmado pelo Diretor Presidente no documento de matrícula, com os motivos que o determinaram e remessa de comunicação ao interessado, no prazo de 30 (trinta) dias, por processo que comprove as datas de remessa e recebimento.

CAPÍTULO V

DO PROCEDIMENTO DE APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

Art. 18 - O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de cooperado por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.

Art. 19 - O Conselho de Administração exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato.

Art. 20 - Ao tomar conhecimento de quaisquer infrações, seja de forma verbal ou escrita, o Conselho de Administração instaurará procedimento administrativo.

Art. 21 - Ao instaurar o procedimento, tratando-se de situação grave ou gravíssima, na forma do Regimento Interno, e com o objetivo de evitar o agravamento de eventuais danos à Cooperativa e aos demais cooperados, o Conselho de Administração poderá determinar medidas antecipadas, como a suspensão temporária das atividades do cooperado, até ulterior decisão.

"Cooperativismo: Inclusão Social com Desenvolvimento Sustentável"
Néander Paetz

Página 8 de 32



COOPTAC

COOPERATIVA DE TRANSPORTE DA REGIÃO SUDOESTE SERRANA

Art. 22 - Instaurado o procedimento administrativo, o Conselho de Administração irá notificar o cooperado a fim de que o mesmo tome conhecimento do fato e, querendo, apresente defesa escrita no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 23 - Achando-se, o cooperado em que se busca cientificar, em lugar incerto e não sabido ou em caso de retorno da notificação por 03 (três) vezes ao endereço informado pelo cooperado constante nos cadastros da Cooperativa, o mesmo poderá ser citado por edital, publicado jornal de amplitude na região de abrangência dos cooperados, no prazo de 20 (vinte) dias, para apresentar defesa.

Art. 24 - Se devidamente notificado, o cooperado não apresentar resposta, o procedimento será julgado à sua revelia.

Art. 25 - Apresentando resposta e havendo requerimento de produção de provas, será realizada a instrução do procedimento, a cargo do Conselho de Administração, o qual poderá delegar a condução de atos instrutórios.

Parágrafo único. Serão admitidos a produção de todos os meios lícitos de provas.

Art. 26 - Após a instrução do procedimento, no prazo de 15 (quinze) dias, o Conselho de Administração emitirá decisão escrita, devidamente fundamentada, pela qual o cooperado será notificado.

Parágrafo único - O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo.

Art. 27 - Da decisão do Conselho de Administração caberá recurso, no prazo de 10 (dez) dias, para a Assembleia Geral, a qual decidirá de forma definitiva.

Art. 28 - As reuniões do Conselho de Administração serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

Art. 29 - O processo disciplinar obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

Art. 30 - É assegurado ao cooperado o direito de acompanhar o procedimento pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

"Cooperativismo: Inclusão Social com Desenvolvimento Sustentável"
Néander Paetz *Paulo Cezar Juffo*

Página 9 de 32



COOPTAC

COOPERATIVA DE TRANSPORTE DA REGIÃO SUDOESTE SERRANA

Art. 31 – O cooperado que mudar de residência fica obrigado a comunicar ao Conselho de Administração o lugar onde poderá ser encontrado.

Art. 32 – Quando a infração estiver capitulada como crime ou contravenção penal, o procedimento administrativo será remetido à autoridade policial competente, para os devidos fins.

Art. 33 – O cooperado que responder a processo disciplinar somente poderá requerer a restituição do capital social, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, caso aplicada.

CAPÍTULO VI

DA QUOTA-PARTE DO CAPITAL SOCIAL NOS CASOS DE DEMISSÃO, ELIMINAÇÃO OU EXCLUSÃO

Art. 34 - Em qualquer caso de demissão, eliminação ou exclusão, o cooperado só terá direito à restituição da quota-parte do Capital Social que integralizou, devidamente corrigido, das sobras e de outros créditos que lhe tiverem sido registrados, não lhe cabendo nenhum outro direito.

§ 1º - A restituição de que trata este artigo somente poderá ser exigido depois de aprovado, pela Assembleia Geral, o Balanço do exercício em que o cooperado tenha sido desligado da Cooperativa.

§ 2º - O Conselho de Administração da Cooperativa poderá determinar que a restituição da quota-parte do Capital Social seja feita com base no balanço do exercício anterior, diante da situação concreta e a gravidade da infração.

§ 3º - O Conselho de Administração da Cooperativa poderá determinar que a restituição da quota-parte do Capital Social seja feita em até 10 (dez) parcelas, a partir do exercício financeiro que se seguir em que se deu a eliminação.

§ 4º - No caso de morte do cooperado, a restituição de que trata o parágrafo anterior será efetuada aos herdeiros legais em uma só parcela, mediante a apresentação da respectiva Escritura Pública de Inventário, Formal de Partilha ou Alvará Judicial.

§ 5º - Ocorrendo demissões, eliminações ou exclusões de cooperados em número tal que as restituições das importâncias referidas neste artigo possam ameaçar a estabilidade econômico-financeira da Cooperativa, esta poderá restituí-las mediante critérios que resguardem a sua continuidade.

"Cooperativismo: Inclusão Social com Desenvolvimento Sustentável"
Neander Parity V. V. V.

Página 10 de 32



COOPTAC

COOPERATIVA DE TRANSPORTE DA REGIÃO SUDOESTE SERRANA

§ 6º - Quando a devolução das quotas-parte do Capital Social ocorrer em forma parcelada deverá manter o mesmo valor de compra a partir da Assembleia Geral Ordinária que aprovar o Balanço.

§ 7º - No caso de readmissão do cooperado, o mesmo integralizará a vista e atualizado o Capital Social correspondente ao valor atualizado da Cooperativa por ocasião da demissão, eliminação ou exclusão.

Art. 35 - Os atos de demissão, eliminação ou exclusão acarretam o vencimento e pronta exigibilidade das dívidas do cooperado na Cooperativa, sobre cuja liquidação caberá decisão ao Conselho de Administração.

Art. 36 - Os direitos e deveres de cooperados demitidos, eliminados ou excluídos perduram até a data da Assembleia Geral que aprovar o Balanço de contas do exercício em que ocorreu o desligamento.

CAPÍTULO VII

DA ORGANIZAÇÃO DO QUADRO SOCIAL

Art. 37 - O Conselho de Administração da Cooperativa definirá, através do Regimento Interno, aprovado em Assembleia Geral, a forma de organização do seu quadro social.

Art. 38 - Os representantes do quadro social junto à administração da Cooperativa terão, entre outras, as seguintes funções:

- a) Servir de elo entre a administração e o quadro social;
- b) Explicar aos cooperados o funcionamento da Cooperativa;
- c) Esclarecer aos cooperados sobre seus deveres e direitos junto à Cooperativa.

CAPÍTULO VIII

DO CAPITAL SOCIAL

Art. 39 - O capital da Cooperativa, representado por quotas-parte, não terá limite quanto ao máximo e variará conforme o número de quotas-parte subscritas, mas não poderá ser superior a um salário mínimo cada quota parte.

§ 1º - O Capital Social é subdividido em quotas-partes no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

"Cooperativismo: Inclusão Social com Desenvolvimento Sustentável"
Neander Parity Valadares

Página 11 de 32



COOPTAC

COOPERATIVA DE TRANSPORTE DA REGIÃO SUDOESTE SERRANA

§ 2º - O capital da Cooperativa, representado por quotas-parte, não poderá ser inferior a de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais), na forma do art. 21, inciso III da lei nº 5.764/71.

§ 3º - A quota-parte é indivisível, intransferível a não cooperados, não podendo ser negociado de modo algum, nem dada em garantia, e sua subscrição, integralização, transferência ou restituição será sempre escriturada no livro de matrícula.

§ 4º - A transferência de quotas-partes entre cooperados, total ou parcial, será escriturada no livro de matrícula mediante termo que conterá as assinaturas do cedente, do cessionário e do Diretor Presidente da Cooperativa.

§ 5º - Para efeito de admissão de novos cooperados ou novas subscrições, a Assembleia Geral atualizará anualmente, com a aprovação de 2/3 (dois terços) dos cooperados presentes com direito a voto, o valor da quota-parte, consoante proposição do Conselho de Administração.

§ 6º - Nos ajustes periódicos de contas com os cooperados, a Cooperativa pode incluir parcelas destinadas à integralização de quotas-partes do Capital Social.

§ 7º - A Cooperativa poderá distribuir juros de até 12% (doze por cento) ao ano, que são contados sobre a parte integralizada do Capital Social, se houver sobras.

Art. 40 - O número de quotas-parte do capital social a ser subscrito pelo cooperado, por ocasião de sua admissão não poderá ser inferior a 1.300 (um mil e trezentas) quotas-parte, salvo na condição de cooperado monitor de transporte escolar, o qual não poderá ser inferior a 300 (trezentas) quota-partes ou superior a 1/3 (um terço) do total subscrito.

§ 1º - O cooperado deverá integralizar suas quotas-partes da seguinte forma:

- 20% (vinte por cento) na data de sua admissão;
- 20% (vinte por cento) até 30 dias da data de sua admissão;
- 20% (vinte por cento) até 60 dias da data de sua admissão;
- 20% (vinte por cento) até 12 meses da data de sua admissão;
- 20% (vinte por cento) até 24 meses da data de sua admissão.

§ 2º - O cooperado monitor de transporte escolar integralizará suas quotas-partes da seguinte forma:

- 1/3 (um terço) na data da sua admissão;
- 1/3 (um terço) até 30 dias da data de sua admissão;
- 1/3 (um terço) até 60 dias da data de sua admissão.

"Cooperativismo: Inclusão Social com Desenvolvimento Sustentável"

neanda Paaty Valente

Página 12 de 32



COOPTAC

COOPERATIVA DE TRANSPORTE DA REGIÃO SUDOESTE SERRANA

CAPÍTULO IX DA ASSEMBLEIA GERAL

a) DEFINIÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 41 - A Assembleia Geral dos cooperados, Ordinária ou Extraordinária, é o órgão supremo da Cooperativa, cabendo-lhe tomar toda e qualquer decisão de interesse da entidade. Suas deliberações vinculam a toda, ainda que ausentes ou discordantes.

Art. 42 - A Assembleia Geral será habitualmente convocada e dirigida pelo Diretor Presidente.

§ 1º - Poderá também ser convocada pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal, ou ainda, após solicitação não atendida, por 1/5 (um quinto) dos cooperados em pleno gozo de seus direitos sociais.

§ 2º - Não poderá votar na Assembleia Geral o cooperado que:

- a) Tenha sido admitido após a convocação;
- b) Infringir qualquer disposição do Artigo 8º deste Estatuto Social;
- c) O cooperado que tiver vínculo empregatício com a cooperativa não poderá votar e nem ser votado.

Art. 43 - Em qualquer das hipóteses, referidas no artigo anterior, as Assembleias Gerais serão convocadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, com o horário definido para as três convocações, sendo de uma hora o intervalo entre elas.

Art. 44 - O quórum para instalação da Assembleia Geral é o seguinte:

- a) 2/3 (dois terços) do número de cooperados em condições de votar, em primeira convocação;
- b) Metade mais um dos cooperados, em segunda convocação;
- c) Mínimo de 10 (dez) cooperados, em terceira convocação.

§ 1º - Para efeito de verificação do quorum de que trata este artigo, o número de cooperados presentes, em cada convocação, será contado por suas assinaturas, seguidas do respectivo número de matrícula, apostas no Livro de Presença.

§ 2º - Constatada a existência de quorum no horário estabelecido no Edital de Convocação, o Diretor Presidente instalará a Assembleia e, tendo encerrado o Livro de Presença mediante termo que contenha a declaração do número de cooperados presentes, da hora do encerramento e da convocação correspondente, fará transcrever estes dados para a respectiva ata.

"Cooperativismo: Inclusão Social com Desenvolvimento Sustentável"
Neander Paetz *Valério*

Página 13 de 32



COOPTAC

COOPERATIVA DE TRANSPORTE DA REGIÃO SUDOESTE SERRANA

Art. 45 - Não havendo quorum para instalação da Assembleia Geral será feita nova convocação, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis.

Parágrafo único - Se ainda assim não houver quorum para a sua instalação, será admitida a intenção de dissolução da Cooperativa, fato que deverá ser comunicado à instituição Sistema OCB-SESCOOP/ES.

Art. 46 - Dos editais de convocação das Assembleias Gerais deverão constar:

- A denominação da Cooperativa e o número de Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, seguidas da expressão: Convocação da Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária, conforme o caso;
- O dia e a hora da reunião, em cada convocação, assim como o local da sua realização, o qual, salvo motivo justificado, será o da sede social;
- A sequência ordinal das convocações;
- A Ordem do Dia dos trabalhos, com as devidas especificações;
- O número de cooperados existentes na data de sua expedição para efeito do cálculo do quorum de instalação;
- Data e assinatura do responsável pela convocação.

§ 1º - No caso da convocação ser feita por cooperados, o edital será assinado, no mínimo, por 05 (cinco) signatários do documento que a solicitou.

§ 2º - Os Editais de Convocação serão afixados em locais visíveis das dependências geralmente freqüentadas pelos cooperados, publicados em jornal de circulação local ou regional e comunicados aos cooperados por intermédio de circulares.

Art. 47 - É da competência das Assembleias Gerais, Ordinárias ou Extraordinárias a destituição dos membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal.

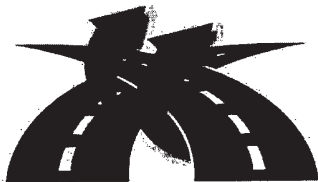
Parágrafo único - Ocorrendo destituição que possa comprometer a regularidade da administração ou fiscalização da Cooperativa, poderá a Assembleia Geral designar administradores e Conselheiros Fiscais provisórios, até a posse dos novos, cuja eleição se realizará no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 48 - Os trabalhos das Assembleias Gerais serão dirigidos pelo Diretor Presidente, auxiliado pelo secretário, sendo também convidados os ocupantes de cargos sociais a participar da mesa.

"Cooperativismo: Inclusão Social com Desenvolvimento Sustentável"

Neander Pauly *Verônica*

Página 14 de 32



COOPTAC

COOPERATIVA DE TRANSPORTE DA REGIÃO SUDOESTE SERRANA

§ 1º - Na ausência do Diretor Secretário e de seu substituto, o Diretor Presidente convidará outro membro do Conselho de Administração ou poderá convocar qualquer cooperado para secretariar os trabalhos e lavrar a respectiva ata.

§ 2º - Quando a Assembleia Geral não tiver sido convocada pelo Diretor Presidente, os trabalhos serão dirigidos por um cooperado, escolhido na ocasião, e secretariado por outro, convidado por aquele, compondo a mesa dos trabalhos os principais interessados na sua convocação.

Art. 49 - Os ocupantes de cargos sociais, como quaisquer outros cooperados, não poderão votar nas decisões sobre assuntos que a eles se refiram direta ou indiretamente, entre os quais os de prestação de contas, mas não ficarão privados de tomar parte nos respectivos debates.

Art. 50 - Nas Assembleias Gerais em que forem discutidos os balanços das contas, o Diretor Presidente da Cooperativa, logo após a leitura do Relatório do Conselho de Administração, as peças contábeis e o parecer do Conselho Fiscal, solicitarão ao plenário que indique um cooperado para coordenar os debates e a votação da matéria.

§ 1º - Transmitida à direção dos trabalhos, o Diretor Presidente e demais Conselheiros de Administração e Fiscal, deixarão a mesa, permanecendo no recinto, à disposição da Assembleia Geral para os esclarecimentos que lhes forem solicitados.

§ 2º - O coordenador indicado escolherá, entre os cooperados, um Secretário para auxiliá-lo na redação das decisões a serem incluídas na ata pelo Secretário da Assembleia Geral.

Art. 51 - As deliberações das Assembleias Gerais somente poderão versar sobre assuntos constantes do Edital de Convocação e os que com eles tiverem imediata relação.

§ 1º - Os assuntos que não constarem expressamente no Edital de Convocação e os que não satisfizerem as limitações deste artigo, somente poderá ser discutido depois de esgotado a ordem do dia, sendo que sua votação, se a matéria for considerada objeto de decisão, será obrigatoriamente assunto para nova Assembleia Geral.

"Cooperativismo: Inclusão Social com Desenvolvimento Sustentável"

ncander Santa

Valéria

Página 15 de 32



COOPTAC

COOPERATIVA DE TRANSPORTE DA REGIÃO SUDOESTE SERRANA

§ 2º - Para a votação de qualquer assunto na assembleia devem-se averiguar os votos a favor, depois os votos contra e por fim as abstenções. Caso o número de abstenções seja superior a 50% dos presentes, o assunto deve ser mais bem esclarecido antes de submetê-lo à nova votação ou ser retirado da pauta, quando não é do interesse do quadro social.

Art. 52 - O que ocorrer na Assembleia Geral deverá constar de ata circunstanciada, lavrada no livro próprio, aprovada e assinada ao final dos trabalhos pelos administradores e fiscais presentes, por uma comissão de 10 (dez) cooperados designados pela Assembleia Geral.

Art. 53 - As deliberações nas Assembleias Gerais serão tomadas por maioria de votos dos cooperados presentes com direito de votar, tendo cada cooperado direito a 01 (um) só voto, qualquer que seja o número de suas quotas-partes.

§ 1º - Em regra, a votação será a descoberto, mas a Assembleia Geral poderá optar pelo voto secreto.

§ 2º - Caso o voto seja a descoberto, deve-se averiguar os votos a favor, os votos contra e as abstenções.

Art. 54 - Prescreve em 04 (quatro) anos a ação para anular as deliberações da Assembleia Geral viciadas de erro, dolo, fraude ou simulação, ou tomadas com violação de lei ou do Estatuto Social contada o prazo da data em que a Assembleia Geral tiver sido realizada.

b) REUNIÕES PREPARATÓRIAS - (PRÉ - ASSEMBLEIAS)

Art. 55 - Antecedendo a realização das Assembleias Gerais, a Cooperativa poderá realizar reuniões preparatórias de esclarecimento, nos núcleos de cooperados, de todos os assuntos a serem votados.

Parágrafo único - As reuniões preparatórias não têm poder decisório.

Art. 56 - As reuniões preparatórias serão convocadas pelo Conselho de Administração, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, através de ampla divulgação, informando as datas e os locais de sua realização.

Art. 57 - Deverá constar na Ordem do Dia do Edital de Convocação da assembleia um item específico para a apresentação do resultado das reuniões preparatórias.

"Cooperativismo: Inclusão Social com Desenvolvimento Sustentável"
Neanor Berty Vitorino

Página 16 de 32



COOPTAC

COOPERATIVA DE TRANSPORTE DA REGIÃO SUDOESTE SERRANA

c) ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Art. 58 - A Assembleia Geral Ordinária, que se realizará obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer dos 03 (três) primeiros meses após o término do exercício social, deliberará sobre os seguintes assuntos, que deverão constar da Ordem do Dia:

- I. Resultado das pré-assembleias (reuniões preparatórias), se houver;
- II. Prestação de contas dos Órgãos de Administração, acompanhada do Parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:
 - a) Relatório da Gestão;
 - b) Balanço Geral;
 - c) Demonstrativo das sobras apuradas, ou das perdas, e Parecer do Conselho Fiscal;
 - d) Plano de atividade da Cooperativa para o exercício seguinte;
 - e) Destinação das sobras apuradas ou o rateio das perdas, deduzindo-se, no primeiro caso, as parcelas para os fundos obrigatórios;
 - f) Criação de novos conselhos, como o Conselho de Ética, definindo-lhes as funções para melhorar o funcionamento da Cooperativa;
 - g) Eleição e posse dos componentes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de outros conselhos, quando for o caso;
 - h) Fixação dos honorários, gratificações e da cédula de presença para os componentes do Conselho e Administração e do Conselho Fiscal;
 - i) Quaisquer assuntos de interesse social, excluídos os enumerados no artigo 60 deste Estatuto Social.

§ 1º - Os membros dos órgãos de administração e fiscalização não poderão participar da votação das deliberações previstas nas alíneas: "a"; "b"; "c"; "e" e "h" deste artigo.

§ 2º - A aprovação do relatório, balanço e contas dos órgãos de administração não desonera seus componentes da responsabilidade por erro, dolo, fraude ou simulação, bem como por infração da lei ou deste Estatuto Social.

d) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Art. 59 - A Assembleia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre que necessário, podendo deliberar sobre qualquer assunto de interesse da Cooperativa, desde que mencionado no Edital de Convocação.

Art. 60 - É da competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária deliberar sobre os seguintes assuntos:

"Cooperativismo: Inclusão Social com Desenvolvimento Sustentável"

Página 17 de 32



COOPTAC

COOPERATIVA DE TRANSPORTE DA REGIÃO SUDOESTE SERRANA

- a) Reforma do Estatuto Social;
- b) Fusão, Incorporação ou Desmembramento;
- c) Mudança de objeto Social da Cooperativa;
- d) Dissolução voluntária e nomeação de liquidantes;
- e) Contas do liquidante.

Parágrafo único - São necessários votos de 2/3 (dois terços) dos cooperados presentes para tornar válidas as deliberações de que trata este artigo.

e) PROCESSO ELEITORAL

Art. 61 - Sempre que for prevista a ocorrência de eleições em Assembleia Geral, o Conselho Fiscal, com a antecedência, pelo menos, idêntica ao respectivo prazo da convocação, criará um Comitê Especial composto de três membros, todos não candidatos a cargos eletivos na Cooperativa, para coordenar os trabalhos em geral, relativos à eleição dos membros dos Conselhos de Administração, Fiscal e, se houver de Ética.

Art. 62 - No exercício de suas funções, compete ao comitê especialmente:

- a) Certificar-se dos prazos de vencimentos dos mandatos dos conselheiros em exercício e do número de vagas existentes;
- b) Divulgar entre os cooperados, através de circulares e/ou outros meios adequados, o número e a natureza das vagas a preencher;
- c) Solicitar aos candidatos a cargo eletivo que apresentem certidão negativa em matéria civil e criminal, protesto dos cartórios das comarcas em que tenham residido nos últimos 05 (cinco) anos, certidão de registro de imóveis que possuam e certificado de participação em curso básico de cooperativismo, com carga horária mínima de 08 (oito) horas;
- d) Registrar os nomes dos candidatos, pela ordem de inscrição das chapas, verificando se está no gozo de seus direitos sociais;
- e) Verificar, por ocasião da inscrição das chapas, se existe candidatos sujeitos a incompatibilidade prevista no artigo 65 e no parágrafo 1º e 2º do artigo 80 deste Estatuto Social, fazendo com que assinem declaração negativa a respeito;
- f) Organizar fichas contendo o currículo dos candidatos inscritos na(s) chapa(s), das quais constem, além da individualização e dados profissionais, as suas experiências e práticas cooperativistas, sua atuação e tempo de cooperado na cooperativa e outros elementos que os distingam;

"Cooperativismo: Inclusão Social com Desenvolvimento Sustentável"
Neander Paetz

Página 18 de 32



COOPTAC

COOPERATIVA DE TRANSPORTE DA REGIÃO SUDOESTE SERRANA

- Edmundo Gides Cardina*
- g) Divulgar nome e currículo do candidato por chapa(s) inscrito, inclusive tempo em que está associado à cooperativa, para conhecimento dos cooperados;
 - h) Realizar consultas e promover entendimentos para a composição de chapas ou unificação de candidaturas se for o caso;
 - i) Estudar as impugnações, prévia ou posteriormente formuladas por cooperados no gozo de seus direitos sociais, bem como as denúncias de irregularidades nas eleições, encaminhando suas conclusões ao Conselho de Administração, para que ele tome as providências legais cabíveis;
 - j) Conduzir o processo eleitoral, coordenando os trabalhos de eleição, proclamação e posse dos eleitos, fiscalizando, também, o cumprimento do Estatuto Social e decisões de Assembleias Gerais;
 - k) Tomar toda e qualquer decisão referente ao procedimento eleitoral, incluindo os casos omissos relativos a esse assunto.

§ 1º - O Comitê fixará prazo para a inscrição de chapa(s) e respectivos nomes que a comporão, de modo que possam ser conhecidos e divulgados os nomes 05 (cinco) dias antes da data da Assembleia Geral que vai proceder às eleições.

§ 2º - Não se apresentando chapa(s), caberá ao Comitê proceder à seleção entre interessados que atendam às condições exigidas e que concordem com as normas e formalidades aqui previstas.

Art. 63 - O Presidente da Assembleia Geral suspenderá o trabalho desta para que o Coordenador do Comitê dirija o processo das eleições e a proclamação dos eleitos.

§ 1º - O transcurso das eleições e os nomes dos eleitos constarão da ata da Assembleia Geral.

§ 2º - Os eleitos para suprirem vacância nos Conselhos de Administração ou Fiscal exercerão os cargos somente até o final do mandato dos respectivos antecessores.

§ 3º - A posse ocorrerá sempre na Assembleia Geral em que se realizarem as eleições.

Art. 64 - Não se efetivando nas épocas devidas a eleição de sucessores, por motivo de força maior, os prazos dos mandatos dos administradores e fiscais em exercício consideram-se automaticamente prorrogados pelo tempo necessário até que se efetive a sucessão, nunca além de 90 (noventa) dias.

"Cooperativismo: Inclusão Social com Desenvolvimento Sustentável"

Wander Pereira *Paulo Cezar Juffo*

Página 19 de 32



COOPTAC

COOPERATIVA DE TRANSPORTE DA REGIÃO SUDOESTE SERRANA

Art. 65 - São inelegíveis, além das pessoas impedidas por lei, os condenados a pena que vede ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, prevaricação, suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade.

CAPÍTULO X DA ADMINISTRAÇÃO

a) CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 66 - O Conselho de Administração é o órgão superior na hierarquia administrativa, sendo de sua competência privativa e exclusiva a responsabilidade pela decisão sobre todo e qualquer assunto de ordem econômica ou social, de interesse da Cooperativa ou de seus cooperados, nos termos da lei, deste Estatuto Social e das recomendações da Assembleia Geral.

Art. 67 - O Conselho de Administração será composto por 07 (sete) membros, todos os cooperados no gozo de seus direitos sociais, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de 04 (quatro) anos, sendo obrigatória, ao término de cada mandato, a renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos seus componentes.

Parágrafo único - Não podem fazer parte do Conselho de Administração, além dos inelegíveis enumerados nos casos referidos no artigo 65 deste estatuto, os parentes entre si até 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral, nem os que tenham exercido nos últimos seis meses, cargo público eletivo e os menores de 18 (dezoito) anos.

Art. 68 - Os membros do Conselho de Administração poderão escolher entre si, no ato de sua posse, aqueles que exercerão as funções de Diretor Presidente, Diretor Vice-Presidente, Diretor Secretário, Diretor Tesoureiro e os três conselheiros vogais, cujos poderes e atribuições se definem no Regimento Interno da Cooperativa, aprovado pela Assembleia Geral.

§ 1º - Nos impedimentos por prazo inferior a 90 (noventa) dias de um dos Diretores, o Conselho de Administração indicará o substituto escolhido entre os seus membros.

"Cooperativismo: Inclusão Social com Desenvolvimento Sustentável"

Neander Porto

Vulcano

Página 20 de 32



COOPTAC

COOPERATIVA DE TRANSPORTE DA REGIÃO SUDOESTE SERRANA

§ 2º - Se o número de membros do Conselho de Administração ficar reduzido a menos da metade de seus membros deverá ser convocada Assembleia Geral para o preenchimento das vagas.

Art. 69 - O Conselho de Administração rege-se pelas seguintes normas:

- a) Reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário, por convocação do Diretor Presidente, da maioria do próprio Conselho de Administração, ou, ainda, por solicitação do Conselho Fiscal;
- b) Delibera validamente com a presença da maioria dos seus membros, proibida a representação, sendo as decisões tomadas pela maioria simples de votos dos presentes, reservado ao Diretor Presidente o voto de desempate;
- c) As deliberações serão consignadas em atas circunstanciadas lavradas em livro próprio, lidas, aprovadas e assinadas no fim dos trabalhos pelos membros do Conselho presentes.

Parágrafo único - Perderá automaticamente o cargo, o membro do Conselho de Administração aquele que, sem justificativa, faltar a três reuniões ordinárias consecutivas ou a seis reuniões durante o ano.

Art. 70 - Cabem ao Conselho de Administração, dentro dos limites da lei e deste Estatuto Social, as seguintes atribuições:

- a) Propor à Assembleia Geral as políticas e metas para orientação geral das atividades da Cooperativa, apresentando programas de trabalho e orçamento, além de sugerir as medidas a serem tomadas;
- b) Avaliar e providenciar o montante dos recursos financeiros e dos meios necessários ao atendimento das operações e serviços;
- c) Estimar previamente a rentabilidade das operações e serviços, bem como a sua viabilidade;
- d) Estabelecer as normas para funcionamento da Cooperativa;
- e) Elaborar, juntamente com lideranças do quadro social, Regimento Interno para a organização do quadro social;

"Cooperativismo: Inclusão Social com Desenvolvimento Sustentável"

Neander Paraty

Paulo Cezar Juffo

Página 21 de 32



COOPTAC

COOPERATIVA DE TRANSPORTE DA REGIÃO SUDOESTE SERRANA

- f) Estabelecer sanções ou penalidades a serem aplicadas nos casos de violação ou abuso cometidos contra disposições de lei, deste Estatuto Social, ou das regras de relacionamento com a entidade que venham a ser estabelecidas;
- g) Deliberar sobre a admissão, demissão, eliminação e exclusão de cooperados e suas implicações, bem como sobre a aplicação ou elevação de multas;
- h) Deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral e estabelecer sua Ordem do Dia, considerando as propostas dos cooperados nos termos dos parágrafos 1º e 2º do art. 8º;
- i) Estabelecer a estrutura operacional da administração executiva dos negócios, criando cargos e atribuindo funções, e fixando normas para a admissão e desligamento dos empregados;
- j) Fixar as normas disciplinares;
- k) Julgar os recursos formulados pelos empregados contra decisões disciplinares;
- l) Avaliar a conveniência e fixar o limite de fiança ou seguro de fidelidade para os empregados que manipulam dinheiro ou valores da Cooperativa;
- m) Fixar as despesas de administração em orçamento anual que indique a fonte dos recursos para a sua cobertura;
- n) Contratar, quando se fizer necessário, um serviço independente de auditoria, conforme disposto no artigo 112, da Lei 5.764, de 16.12.1971;
- o) Indicar banco ou bancos, nos quais serão feitos negócios e depósitos de numerário, e fixar limite máximo que poderá ser mantido no caixa da Cooperativa;
- p) Estabelecer as normas de controle das operações e serviços, verificando mensalmente, no mínimo, o Estado Social econômico-financeiro da Cooperativa e o desenvolvimento das operações e serviços, através de balancetes e demonstrativos específicos;
- q) Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis da sociedade, com expressa autorização da Assembleia Geral;
- r) Contrair obrigações, transigir, adquirir, alienar e onerar bens móveis, ceder direitos e constituir mandatários;
- s) Fixar anualmente taxas destinadas a cobrir depreciação ou desgaste dos valores que compõem o Ativo Permanente da entidade;
- t) Zelar pelo cumprimento da legislação do cooperativismo e outras aplicáveis, bem como pelo atendimento da legislação trabalhista perante seus empregados, e fiscal.

"Cooperativismo: Inclusão Social com Desenvolvimento Sustentável"

ncander Pouty

Página 22 de 32



COOPTAC

COOPERATIVA DE TRANSPORTE DA REGIÃO SUDOESTE SERRANA

§ 1º - O Diretor Presidente providenciará para que os demais membros do Conselho de Administração recebam, com a antecedência mínima de 03 (três) dias, cópias dos balancetes e demonstrativos, planos e projetos e outros documentos sobre os quais tenha que se pronunciar, sendo-lhes facultado, ainda anteriormente à reunião correspondente, inquirir empregados ou cooperados, pesquisarem documentos, a fim de dirimir as dúvidas eventualmente existentes.

§ 2º - O Conselho de Administração solicitará, sempre que julgar conveniente, o assessoramento de quaisquer funcionários graduados para auxiliá-lo no esclarecimento dos assuntos a decidir, podendo determinar que qualquer deles apresente, previamente, projetos sobre questões específicas.

§ 3º - As normas estabelecidas pelo Conselho de Administração serão baixadas em forma de Resoluções, Regulamentos ou Instruções que, em seu conjunto, constituirão o Regimento Interno da Cooperativa.

Art. 71 - Ocorrerá vacância do cargo:

- I) Pela morte da pessoa física;
- II) Pela renúncia;
- III) Pela perda da qualidade de associado;
- IV) Pelo patrocínio, como parte ou procurador, de ação judicial contra a cooperativa, salvo aquelas que visem o exercício do próprio mandato;
- V) Por se tornar inelegível, nos termos do artigo 65 deste Estatuto Social.

§ 1º - Nas faltas ou impedimentos por prazos inferiores a 90 (noventa) dias o Presidente será substituído pelo Diretor Vice-Presidente, este pelo Diretor Tesoureiro, este pelo Diretor Secretário, ou ainda por Conselheiros Vogais escolhidos pelo Conselho de Administração.

§ 2º - No caso de vacância por qualquer tempo, de mais da metade dos cargos no Conselho de Administração, deverá o Presidente ou os demais membros, se a Presidência estiver vaga, convocar uma Assembleia Geral Extraordinária para preenchimento das vagas, obedecendo-se os prazos previstos neste Estatuto.

§ 3º - Será dispensado o preenchimento dos cargos executivos, se a vacância ocorrer no último semestre do mandato, respeitado o disposto no parágrafo 2º.

§ 4º - Os substitutos exercerão o cargo somente até o final do mandato dos seus antecessores, procedendo-se, quanto a suas substituições, também na forma § 1º deste artigo.

"Cooperativismo: Inclusão Social com Desenvolvimento Sustentável"

Neander Paetz *W. K. K. K.*

Página 23 de 32



COOPTAC

COOPERATIVA DE TRANSPORTE DA REGIÃO SUDOESTE SERRANA

b) DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 72 - Ao Diretor Presidente competem, entre outros, definidos em Regimento Interno, os seguintes poderes e atribuições:

- a) Dirigir e supervisionar todas as atividades da Cooperativa. Bem como baixar os atos de execução das decisões do Conselho de Administração;
- b) Assinar, juntamente com Diretor Tesoureiro ou outro Diretor designado pelo Conselho de Administração, cheques, contratos e demais documentos constitutivos de obrigações;
- c) Convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração, bem como às Assembleias Gerais dos cooperados;
- d) Apresentar à Assembleia Geral Ordinária:
 - I. Relatório da Gestão;
 - II. Balanço Geral;
 - III. Demonstrativo das Sobras apuradas ou das Perdas verificadas no exercício e o Parecer do Conselho Fiscal.
- e) Representar ativa e passivamente a Cooperativa, em juízo e fora dele;
- f) Representar os cooperados, como solidário com financiamentos efetuados por intermédio da Cooperativa, realizados nas limitações da lei e deste Estatuto Social;
- g) Elaborar o plano anual de atividades da Cooperativa;
- h) Verificar periodicamente o saldo de caixa;
- i) Acompanhar, juntamente com a Administração Financeira, as finanças da Cooperativa.

Art. 73 - Ao Diretor Vice-Presidente compete interessar-se permanentemente pelo trabalho do Diretor Presidente, substituindo-o em seus impedimentos inferiores a 90 (noventa) dias.

Art. 74 - Compete ao Diretor Secretário, entre outras, definidas em regimento interno, as seguintes atribuições:

- a) Secretariar os trabalhos e orientar a lavratura das atas das reuniões do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, responsabilizando-se pela guarda de livros, documentos e arquivos pertinentes.

"Cooperativismo: Inclusão Social com Desenvolvimento Sustentável"

Página 24 de 32

Junta Comercial do Estado do Espírito Santo

Certifico o Registro em 23/04/2018

Arquivamento de 20/04/2018 Protocolo 187836809 de 20/04/2018

Nome da empresa COOPERATIVA DE TRANSPORTE DA REGIÃO SUDOESTE SERRANA - COOPTAC NIRE 32400015427

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucees.es.gov.br/tax.juntaes/telavalidadocs.aspx>

Chancela 5959743747527

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/04/2018

por Paulo Cezar Juffo - Secretário Geral



24/04/2018



COOPTAC

COOPERATIVA DE TRANSPORTE DA REGIÃO SUDOESTE SERRANA

Art. 75 - Compete ao Tesoureiro:

- a) Arrecadar as receitas e depositar o numerário disponível no Banco ou Bancos designados pelo Conselho de Administração e acompanhar a movimentação financeira;
- b) Proceder aos pagamentos autorizados;
- c) Supervisionar todas as atividades da Tesouraria;
- d) Assinar, juntamente com o Diretor Presidente, contratos e demais documentos constitutivos de obrigações, bem como cheques bancários.

Art. 76 - Aos Conselheiros Vogais, sem função executiva compete:

- I) Comparecer às reuniões do Conselho de Administração discutindo e votando as matérias que estão sendo apreciadas;
- II) Cumprir as tarefas específicas que lhes forem designadas pelo Presidente e pelo Conselho de Administração, no âmbito da Administração da Cooperativa;
- III) Substituir quando designados, os Diretores executivos desde que por prazo inferior a 90 (noventa) dias.

Parágrafo único - O Conselheiro Vogal, quando em exercício, receberá os mesmos honorários do diretor substituído, deduzidos deste.

Art. 77 - Os administradores, eleitos ou contratados, não serão pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da Cooperativa, mas responderão solidariamente pelos prejuízos resultantes de desídia e omissão ou se agirem com culpa, dolo ou má fé.

§ 1º - A Cooperativa responderá pelos atos a que se refere este artigo, se os houver ratificado ou deles logrado proveito.

§ 2º - Os que participarem de ato ou operação social em que se oculte a natureza da sociedade pode ser declarado pessoalmente responsável pelas obrigações em nome dela contraídas, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

§ 3º - O membro do Conselho de Administração que, em qualquer momento referente a essa operação, tiver interesse oposto ao da Cooperativa, não poderá participar das deliberações relacionadas com essa operação, cumprindo-lhe declarar seu impedimento.

"Cooperativismo: Inclusão Social com Desenvolvimento Sustentável"

Weaneder Paetz

Yanick

Página 25 de 32



COOPTAC

COOPERATIVA DE TRANSPORTE DA REGIÃO SUDOESTE SERRANA

§ 4º - Os componentes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal ou outros, assim como os liquidantes, equiparam-se aos administradores das Sociedades Anônimas para efeito de responsabilidade criminal.

§ 5º - Sem prejuízo da ação que possa caber a qualquer cooperado, a Cooperativa, por seus dirigentes, ou representada por cooperados escolhidos em Assembleia Geral, terá direito de ação contra os administradores, para promover a sua responsabilidade.

Art. 78 - Poderá o Conselho de Administração criar comitês especiais, transitórios ou não, para estudar, planejar e coordenar a solução de questões específicas, relativas ao funcionamento da Cooperativa.

c) ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA

Art. 79 - As funções da Administração Executiva dos negócios sociais poderão ser exercidas por técnicos contratados, segundo a estrutura que for estabelecida pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO XI DO CONSELHO FISCAL

Art. 80 - Os negócios e atividades da Cooperativa serão fiscalizados assídua e minuciosamente por um Conselho Fiscal, constituído de 06 (seis) membros, sendo 03 (três) membros efetivos e 03 (três) membros suplentes, todos os cooperados, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, sendo permitida a reeleição de apenas 1/3 (um terço) dos seus componentes.

§ 1º - Não podem fazer parte do Conselho Fiscal, além dos inelegíveis enumerados no artigo 65 deste Estatuto Social, os parentes dos Conselheiros de Administração até 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral, bem como os parentes entre si até esse grau, nem os que tenham exercido cargo público eletivo nos últimos 06 (seis) meses e os menores de 18 (dezoito) anos.

§ 2º - Os cooperados não poderão exercer cumulativamente cargos nos Conselhos de Administração, Fiscal e, se houver de Ética.

"Cooperativismo: Inclusão Social com Desenvolvimento Sustentável"

Neander Soares

Valéria

Página 26 de 32



COOPTAC

COOPERATIVA DE TRANSPORTE DA REGIÃO SUDOESTE SERRANA

Art. 81 - O Conselho Fiscal reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, com a participação de todos os membros.

§ 1º - Em sua primeira reunião, os conselheiros escolherão, entre si, um secretário para a lavratura de atas e um coordenador, este incumbido de convocar e dirigir as reuniões.

§ 2º - As reuniões do Conselho Fiscal poderão ser convocadas, ainda, por qualquer de seus membros, por solicitação do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral.

§ 3º - Na ausência do Coordenador será escolhido um substituto, na ocasião, para dirigir os trabalhos.

§ 4º - As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos e constará de ata, lavrada em livro próprio, lida, aprovada e assinada ao final dos trabalhos de cada reunião.

Art. 82 - Ocorrendo duas ou mais vagas no Conselho Fiscal ou no Conselho de Ética se houver, o Conselho de Administração determinará a convocação da Assembleia Geral para eleger substitutos.

Art. 83 - Compete ao Conselho Fiscal exercer assídua fiscalização sobre as operações, atividades e serviços da Cooperativa, examinando livros, contas e documentos, cabendo-lhe entre outras, as seguintes atribuições:

- a) Conferir, mensalmente, o saldo do numerário existente em caixa ou bancos, verificando, inclusive, se o mesmo está dentro dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração;
- b) Verificar se os extratos de contas bancárias conferem com a escrituração da Cooperativa;
- c) Examinar o montante das despesas e inversões realizadas se está de conformidade com os planos e decisões do Conselho de Administração;
- d) Verificar se as operações realizadas e serviços prestados correspondem em volume, qualidade e valor às conveniências econômico-financeiras da Cooperativa;
- e) Certificar se o Conselho de Administração vem se reunindo regularmente e se existem cargos vagos na sua composição;
- f) Averiguar se existem reclamações dos cooperados quanto aos serviços prestados;

"Cooperativismo: Inclusão Social com Desenvolvimento Sustentável"

Wanderley

Wanderley

Página 27 de 32



COOPTAC

COOPERATIVA DE TRANSPORTE DA REGIÃO SUDOESTE SERRANA

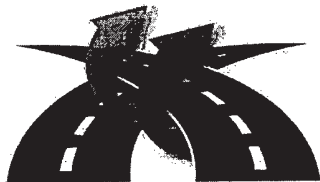
- g) Inteirar-se pelo recebimento dos créditos se é feito com regularidade e se os compromissos sociais são atendidos com pontualidade;
- h) Averiguar se há problemas com empregados;
- i) Certificar se há exigências ou deveres a cumprir junto a autoridades fiscais, trabalhistas ou administrativas e quanto aos órgãos do cooperativismo;
- j) Averiguar se os estoques de materiais, equipamentos e outros estão corretos, bem como se os inventários periódicos ou anuais são feitos com observância das regras próprias;
- k) Examinar os balancetes e outros demonstrativos mensais, o balanço e o relatório anual do Conselho de Administração, emitindo parecer sobre estes para a Assembleia Geral;
- l) Dar conhecimento ao Conselho de Administração das conclusões dos seus trabalhos, denunciando a este, à Assembleia Geral e ao Sistema OCB-SESCOOP/ES, as irregularidades constatadas e convocar Assembleia Geral, se ocorrerem motivos graves e urgentes;
- m) Convocar Assembleia Geral, quando houver motivos graves e o Conselho de Administração se negar a convocá-las;
- n) Conduzir o processo eleitoral, coordenando os trabalhos de eleição, proclamação e posse dos eleitos, fiscalizando também o cumprimento do Estatuto Social, Regimento Interno, Resoluções, Decisões de Assembleia Geral e do Conselho de Administração;
- o) Examinar e emitir pareceres sobre o balanço geral e demais demonstrações financeiras;
- p) Examinar e emitir pareceres sobre as propostas de orçamentos anuais e plurianuais, o balanço geral e demais demonstrações financeiras;
- q) Propor o estabelecimento de rotinas e prazos de apresentação de balancetes, balanços, demonstrativos financeiros e prestação de contas;
- r) Recomendar ao Conselho de Administração da cooperativa o aprimoramento e correções necessárias ao bom desempenho nos setores contábil, financeiro e orçamentário;
- s) Verificar se a cooperativa estabelece privilégios financeiros a detentores de cargos eletivos, funcionários e terceiros;
- t) Verificar se os cooperados estão regularizando os compromissos assumidos na cooperativa nos prazos convencionados.

"Cooperativismo: Inclusão Social com Desenvolvimento Sustentável"

reander souza

Valéria

Página 28 de 32



COOPTAC

COOPERATIVA DE TRANSPORTE DA REGIÃO SUDOESTE SERRANA

§ 1º - Para o desempenho de suas funções, terá o Conselho Fiscal acesso a quaisquer livros, contas e documentos, a empregados, a cooperados e outros, independente de autorização prévia do Conselho de Administração.

§ 2º - Poderá o Conselho Fiscal ainda, com anuência do Conselho de Administração e com autorização da Assembleia Geral, contratar o necessário assessoramento técnico especializado, correndo as despesas por conta da Cooperativa.

CAPÍTULO XII DOS LIVROS E DA CONTABILIDADE

Art. 84 - A Cooperativa deverá, além de outros, terem os seguintes livros, com termos de Abertura e Encerramento subscritos pelo Diretor Presidente:

- a) Matrícula;
- b) Presença de cooperados nas Assembleias Gerais;
- c) Atas das Assembleias;
- d) Atas do Conselho de Administração;
- e) Atas do Conselho Fiscal;
- f) Livros fiscais;
- g) Livros contábeis.

Parágrafo único - É facultada a adoção de livros de folhas soltas ou fichas, devidamente numeradas.

Art. 85 - No Livro de Matrícula, os cooperados serão inscritos por ordem cronológica de admissão dele constando:

- a) O nome, idade, estado civil, nacionalidade, profissão e residência dos cooperados;
- b) A data de sua admissão, e quando for o caso, de sua demissão, eliminação ou exclusão;
- c) A conta corrente das respectivas quotas-partes do capital social;
- d) Assinatura de duas testemunhas.

CAPÍTULO XIII DO BALANÇO GERAL; DESPESAS; SOBRAS, PERDAS E FUNDOS.

Art. 86 - A apuração dos resultados do exercício social e o levantamento do balanço geral serão realizados no dia 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano.

"Cooperativismo: Inclusão Social com Desenvolvimento Sustentável"
Neander Pórtz *Valéria*

Página 29 de 32



COOPTAC

COOPERATIVA DE TRANSPORTE DA REGIÃO SUDOESTE SERRANA

Art. 87 - Os resultados serão apurados segundo a natureza das operações ou serviços, pelo confronto das respectivas receitas com as despesas diretas e indiretas.

§ 1º - As despesas administrativas serão rateadas na proporção das operações, sendo os respectivos montantes computados nas apurações referidas neste artigo.

§ 2º - Os resultados positivos, apurados por setor de atividade, nos termos deste artigo, serão distribuídos da seguinte forma (no mínimo):

a) 10% (dez por cento) ao Fundo de Reserva;

b) 5% (cinco por cento) à Reserva de Assistência Técnica Educacional E Social - RATES.

§ 3º - As sobras líquidas apuradas no exercício, depois de deduzidas as taxas nas alíneas "a" e "b" do parágrafo 2º deste artigo, serão devolvidas aos cooperados, proporcionalmente às operações realizadas com a Cooperativa, salvo deliberação contrária em Assembleia Geral.

§ 4º - Além do Fundo de Reserva e RATES, a Assembleia poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos, fixando o modo de formação aplicação e liquidação.

§ 5º - Os resultados negativos serão rateados entre os cooperados, na proporção das operações de cada realizado com a Cooperativa, se o Fundo de Reserva não for suficiente para cobri-los.

Art. 88 - O Fundo de Reserva destina-se a reparar as perdas do exercício e atender ao desenvolvimento das atividades, revertendo em seu favor, além da taxa de 10% (dez por cento) das sobras:

a) Os créditos não reclamados pelos cooperados, decorridos 05 (cinco) anos;

b) Os auxílios e doações sem destinação especial.

Art. 89 - A Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social - RATES, destina-se à prestação de serviços aos cooperados e seus familiares, assim como aos empregados da própria Cooperativa, podendo ser prestados mediante convênio com entidades especializadas.

§ 1º - Ficando sem utilização mais de 50% (cinquenta por cento) dos recursos anuais deste fundo, durante dois anos consecutivos, será procedida revisão dos planos de aplicação, devendo a Assembleia Geral seguinte ser informada e fazer as recomendações necessárias ao cumprimento das finalidades objetivadas.

"Cooperativismo: Inclusão Social com Desenvolvimento Sustentável"

Neander Souza

Vitorino

Página 30 de 32



COOPTAC

COOPERATIVA DE TRANSPORTE DA REGIÃO SUDOESTE SERRANA

§ 2º - Revertem em favor do RATES, além da percentagem referida no Parágrafo 2º, do Artigo 87, as rendas eventuais de qualquer natureza, resultantes de operações ou atividades nas quais os cooperados não tenham tido intervenção.

Art. 90 - Os Fundos de Reserva e de Assistência Técnica, Educacional e Social, são indivisíveis.

CAPÍTULO XIV DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Art. 91 - A cooperativa se dissolverá de pleno direito:

- a) Quando assim deliberar a Assembleia Geral, desde que os cooperados, totalizando o número mínimo de 2/3 (dois terços) dos cooperados presentes, com direito a voto, não se disponham a assegurar a continuidade da Cooperativa;
- b) Devido à alteração de sua Forma Jurídica;
- c) Pela redução inferior a 20 (vinte) cooperados ou do Capital Social mínimo, se até a Assembleia Geral subsequente, realizada em prazo não superior a 06 (seis) meses, esses quantitativos não forem restabelecidos;
- d) Pela paralisação de suas atividades por mais de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 92 - Quando a dissolução for deliberada pela Assembleia Geral, esta nomeará um liquidante e um Conselho Fiscal de 03 (três) membros, para proceder à liquidação.

§ 1º - A Assembleia Geral, nos limites de suas atribuições, pode, em qualquer época, destituir o liquidante e os membros do Conselho Fiscal, designando seus substitutos.

§ 2º - O liquidante deve proceder à liquidação de conformidade com os dispositivos da Legislação Cooperativista.

Art. 93 - Quando a dissolução da Cooperativa não for promovida voluntariamente, nas hipóteses previstas no Art. 91, essa medida poderá ser tomada judicialmente a pedido de qualquer cooperado.

"Cooperativismo: Inclusão Social com Desenvolvimento Sustentável"

Página 31 de 32



COOPTAC

COOPERATIVA DE TRANSPORTE DA REGIÃO SUDOESTE SERRANA

CAPÍTULO XV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 94 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com os princípios doutrinários e os dispositivos legais, sendo ouvido o respectivo Sistema OCB-SESCOOP/ES.

Parágrafo único - A cooperativa somente poderá entrar em funcionamento após o registro na OCB/ES, conforme determinação do parágrafo único do artigo 4º, da Lei 8.257/2006, de 18/01/2006, bem como do Decreto 1931-R, de 02/10/2007.

Esta reforma e Consolidação do Estatuto Social foi aprovado pelos cooperados abaixo discriminados em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia vinte e dois de dezembro de dois mil e dezessete, conforme a vontade expressa no livro próprio.

DIRETOR PRESIDENTE: **VALTECI WIL**

Doc. Ident. 871.682-SPTC-ES

CPF: 978.359.787-68

DIRETOR VICE-PRESIDENTE: **NEANDER PAUTZ**

Doc. Ident. 33.965-CTPS-ES

CPF: 130.756.197-79

DIRETOR TESOUREIRO: **ASTROGILDO PALMA DE ALMEIDA**

Doc. Ident. 982.000 -SPTC-ES

CPF: 009.848.217-32

DIRETOR SECRETÁRIO: **RENATA ELLER LIMA DELA COSTA**

Doc. Ident. 1.641.101-SPTC-ES

CPF: 055.443.467-98

"Cooperativismo: Inclusão Social com Desenvolvimento Sustentável"

Página 32 de 32

Junta Comercial do Estado do Espírito Santo

Certifico o Registro em 23/04/2018

Arquivamento de 20/04/2018 Protocolo 187836809 de 20/04/2018

Nome da empresa COOPERATIVA DE TRANSPORTE DA REGIÃO SUDOESTE SERRANA - COOPTAC NIRE 32400015427

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucees.es.gov.br/tax.juntaes/telavalidadocs.aspx>

Chancela 5959743747527

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/04/2018

por Paulo Cezar Juffo - Secretário Geral